



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

**O trabalho feminino na agricultura familiar do cariri cearense:
representações imagéticas das alunas do curso técnico em
agropecuária sobre trabalho agrícola da mulher sertaneja**

Elisângela Ferreira Floro
Graduação em Pedagogia e em Letras
Mestrado em Educação Agrícola
Técnica em Assuntos Educacionais no
Campus Crato do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará –
IFCE - Brasil
E-mail: elisaflo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as percepções que as alunas do Curso Técnico em Agropecuária construíram no decorrer do processo de formação técnico-profissional sobre o trabalho feminino na agricultura familiar no contexto socioeconômico do município do Crato, no Cariri Cearense. A estrutura do texto está organizada em três seções: a) a história do curso do curso técnico em agropecuária e as características socioeconômicas da agricultura e da pecuária da localidade em que desenvolvemos o trabalho; b) a presença feminina no curso técnico em agropecuária e o trabalho feminino na agricultura e c) análise das percepções que as alunas construíram sobre o trabalho feminino na agricultura. O artigo teve como objeto de estudo textos imagéticos construídos pelas alunas em fase de conclusão do curso Técnico em Agropecuária e aborda questões sobre estereótipos, preconceitos e desvalorização da mulher e do trabalho feminino no campo, analisados à luz da teoria histórico/crítica.

Palavras-chave: Trabalho Feminino. Desvalorização. Agricultura Familiar. Técnico em Agropecuária

O curso Técnico em Agropecuária do IFCE/Crato e as características da agricultura e da pecuária municipal

O IFCE/Crato¹ forma técnicos em agropecuária desde a década de 1970. Quando a primeira turma colou grau, no ano de 1973, o tecnicismo educacional e a Revolução Verde exerciam grande influência na formação do técnico agrícola. A Revolução Verde caracterizava-se por um “pacote tecnológico” constituído de um conjunto de técnicas que visavam aumentar vertiginosamente a produção de alimentos. Segundo os divulgadores do “pacote”, seria possível resolver o problema da fome nos países subdesenvolvidos com a inserção da tecnologia no campo (SANTOS, 2006, p. 02).

O tecnicismo educacional, inspirado na Teoria do Capital Humano visava à formação de força de trabalho para suprir as necessidades do mercado de trabalho e reprimir a demanda por nível superior (ao abreviar o tempo de estudo e aligeirar a entrada do jovem no mercado de trabalho). A ação pedagógica tecnicista era inspirada na “pretensa” cientificidade e neutralidade do processo educacional, estudado e planejado por especialistas e imposto aos professores e alunos de forma rígida.

A Revolução Verde e o tecnicismo educacional foram inseridos na organização didática e curricular das escolas agrícolas por meio do Sistema Escola Fazenda, mediante os acordos de cooperação técnica e financeira que o Brasil fez com os Estados Unidos.

O sistema escola-fazenda foi introduzido no Brasil em 1966, como consequência da implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso - CONTAP II (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, MA/USAID para suporte do ensino agrícola de grau médio). Tal sistema tinha por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um

1. O atual IFCE/Crato surgiu em abril de 1954 com a denominação de Escola de Tratoristas. Em 1964, ocorreu a mudança para Colégio Agrícola do Crato, sob a égide da Lei nº 4024/1961. Em 1979, o Colégio Agrícola passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Crato e em 29 de dezembro de 2008, por instituição da Lei 11892, passou a compor o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará, sendo transformado em IFCE/Crato (terminologia que estamos utilizando no texto para uniformizar a nomenclatura).

elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando conciliar educação-trabalho e produção (SOBRAL, 2009, p. 85).

Os técnicos deveriam ser capazes de “levar” aos produtores rurais as mais novas tecnologias que estavam sendo desenvolvidas pelas grandes corporações do agronegócio e, para isto, era necessário criar um sistema de funcionamento de uma fazenda ideal, capaz de servir de modelo para um país de dimensões continentais como o Brasil. É em decorrência desta concepção que a estrutura física e os modos de gerenciamento e ensino das Escolas Agrotécnicas foram padronizados no Brasil inteiro.

Porém, a partir do final da década de 1980, o tecnicismo educacional entrou em crise e a Revolução Verde se mostrou um processo extremamente danoso, particularmente para os países subdesenvolvidos, pois se observou o aumento crescente de problemas ambientais, maior concentração da posse da terra, exclusão social, má distribuição de renda, aumento no número de famintos no mundo, enquanto havia superprodução de determinados alimentos.

Estes problemas se intensificaram devido à globalização da economia, que desenhou novos quadros para o gerenciamento da produção agrícola. O controle do comércio agrícola pelos grandes grupos multinacionais; o estímulo à implantação de grandes fazendas destinadas à importação de alimentos; a subsunção do setor público agrícola ao mercado acentuou as desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades no campo, evidenciando que a “inovação da agricultura” se processou de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. (STÉDILE, 2002).

Esta desigualdade no campo ocorreu em níveis diferentes de região para região. Elias (2006, p. 32) utiliza o termo “pontos luminosos”, cunhado por Santos (2001) para exemplificar as mudanças que estão ocorrendo na agropecuária em determinados espaços do Nordeste. Em se tratando do Ceará, Elias (2003, p. 67) afirma que a reestruturação produtiva não está ocorrendo de modo sustentável, como se propaga nos programas governamentais, evidenciando que os “pontos luminosos” dos perímetros irrigados (nas mãos dos grandes proprietários) estão acentuando as desigualdades sociais e concentração de terras, fazendo com que os pequenos produtores rurais, especialmente os que compõem o grupo de

agricultores familiares periféricos sofram com as consequências da modernização excludente do “governo das mudanças”².

Desta forma, os “pontos luminosos” no espaço agrário cearense convivem com uma agricultura arcaica para o estrato dos produtores rurais que não têm as mesmas condições de acesso à tecnologia. Ou seja, se é verdade que o campo cearense se modernizou, também é verdade que alguns pontos deste espaço permaneceram em situação igual ou pior, se comparados às condições de desenvolvimento preexistentes.

No caso específico do Crato, município onde se localiza o IFCE/Crato e a comunidade Palmeirinha, das 3324 propriedades rurais identificadas pelo IBGE/SIDRA/Banco de Dados Agregados, 2006 (Tabela 1109), 90,34% são gerenciadas por agricultores familiares. Embora em maior número, os estabelecimentos de agricultura familiar possuem menos extensão territorial. Embora seja maioria e responsável por maior parte da produção, a agricultura familiar não recebe o mesmo apoio que o agronegócio, nem mesmo quando as políticas agrícolas são voltadas exclusivamente para este público, conforme pesquisa realizada por Carneiro (2007).

A política de Pólos de Desenvolvimento parece não ter afetado a rotina das famílias rurais do PDA Cariri Cearense, pois a grande maioria das famílias entrevistadas não tem conhecimento dela, com 91,7% das respostas. Apenas 8,3% das famílias informaram ter ouvido falar do PDA Cariri Cearense [...]. Porém, esse conhecimento é vago, pois nenhuma soube responder o que significava essa política e qual era o seu objetivo (CARNEIRO, 2007, p. 08).

Além de não terem acesso aos subsídios necessários para se desenvolverem, os agricultores familiares enfrentam o problema da falta de assistência técnica, que piora ainda mais a situação de quem vive do campo e dele precisa sobreviver. Entre o total de produtores entrevistados pelo Censo Agropecuário de 2006, a maioria (91%) declara não ter recebido nenhuma orientação agropecuária, 8% afirmam receber orientação técnica do governo

² Período correspondente ao ano de 1986, quando a coligação do Tasso Jereissati assume o governo com o compromisso de “modernizar o Ceará” e romper com o coronelismo dos antecessores: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

(municipal, estadual ou federal), 1% tem acesso à orientação por conta própria e aqueles que são acompanhados por ONGs, cooperativas, empresas integradas e outros, não chegam a 1%.

Em suma, apesar da importância da agricultura familiar para a geração de riquezas para o Produto Interno Bruto (PIB), a parcela da população que permanece no campo pode ser caracterizada como pobre, principalmente quando sua principal fonte de renda são atividades agrícolas.

Tendo em vista esta realidade e considerando que a mulher enfrenta todas as problemáticas vividas pelos homens, e ainda mais, a desvalorização da sua força de trabalho, identificamos nos processos formativos das técnicas em agropecuária do IFCE/Crato uma excelente oportunidade para ampliar a formação das jovens para além do ensino da técnica, introduzindo estudos sobre preconceito e discriminação de gênero, como tema transversal e interdisciplinar a ser desenvolvido em parceria direta com os grupos de mulheres da comunidade Palmeirinha. Acreditamos que este processo de educação (com foco no social) encontra terreno fértil no curso Técnico em Agropecuária, uma vez que até as próprias empresas de ATER não estão mais se limitando à transmissão de técnicas agrícolas aos pequenos produtores rurais.

A presença feminina no Curso Técnico em Agropecuária no IFCE/Crato e a força de trabalho da sertaneja na agricultura familiar

Desde a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária houve a presença da força feminina ocupando os bancos escolares do IFCE/Crato. Embora as mulheres fossem minoria, sempre estiveram presentes lutando para conquistar um espaço como trabalhadoras do setor primário da economia. Este desafio nem sempre foi uma tarefa simples, pois, muitas jovens precisaram enfrentar o preconceito da sociedade (e dos próprios familiares) que consideravam as escolas agrícolas como um espaço que deveria ser prioritariamente ocupado por homens.

De certa forma, até mesmo o sistema educativo promovia a segregação entre pessoas do sexo oposto, contribuindo para acentuar e reproduzir as diferenças de gênero. A manifestação explícita deste fato é a criação do curso de

Economia Doméstica destinada a atender ao público feminino, enquanto o curso Técnico em Agropecuária era destinado aos homens.

Ainda que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 previsse a presença feminina na escola agrícola, recomendava-se que essa participação das meninas se efetivasse apenas em instituições de exclusiva frequência. Com o curso ginásial, a frequência de meninas passou a ser notada, ainda que continuasse a ser bem menor que a masculina. Para as meninas, algumas escolas ofereciam cursos específicos, como o de economia doméstica. Para professoras e alunas do Curso Normal que iriam atuar em escolas rurais, também eram oferecidos cursos específicos (MARTINS-SALANDIN; GARNICA, 2010, p. 243).

Embora não houvesse empecilho formal para que pessoas de sexos diferentes frequentassem um ou outro curso, havia uma barreira invisível que provocava estranhamento para aqueles que se aventurassem a ultrapassar os limites pré-estabelecidos para homens e mulheres.

Como no IFCE/Crato, não havia o curso de Economia Doméstica, as mulheres encontravam no curso Técnico em Agropecuária uma alternativa para se qualificarem para o setor primário da economia. Assim sendo, embora este curso se caracterizasse com um espaço masculinizado, as mulheres sempre marcaram presença e fizeram das poucas oportunidades existentes, um meio para promover revoluções na ordem patriarcal da sociedade do Cariri Cearense.

Contudo, analisar a presença feminina no curso Técnico em Agropecuária perpassa pelo fenômeno da análise da imagem contraditória com que a mulher é retratada no nordeste brasileiro: ora sendo representada como uma mulher forte e guerreira, ora representada pela fragilidade física e pela posição subalterna em relação aos homens.

Esta concepção de feminino contrapõe-se à outra representação social igualmente forte na cultura local: a da mulher forte, guerreira, batalhadora, que resiste a todas as privações vividas e que consegue forças para continuar lutando por trabalho, por alimento, pela saúde e educação dos filhos, pela integridade física e moral da família. Todavia, a força dessa mulher está no papel que ela representa socialmente e não na sua estrutura física. Daí porque, para o contexto da agropecuária, a mulher volta a ser um “ser frágil” por não possuir a força física necessária para realizar algumas atividades que requerem maior esforço físico. Este conflito entre a tão cantada força da mulher nordestina (simbólica)

e a ausência da força requerida para o trabalho na agropecuária (física) está presente nas várias representações sociais que delineiam o ser mulher no espaço escolar agrícola (GUERRA; BONFIM, p. 08).

Assim sendo, o processo de masculinizar a imagem sertaneja, longe de ser um meio de equilibrar os papéis sociais assumidos por homens e mulheres, foi mais uma estratégia para sedimentar o patriarcalismo nordestino, bem como “varrer” todo e qualquer traço de feminilidade que fragilizasse o sertão. Estas características são exponenciais quando se analisam as imagens do corpo feminino retratadas na literatura, na música, nas fotografias etc., responsáveis por “difundir” uma pretensa fealdade da mulher sertaneja nordestina. Assim sendo, este é mais um preconceito vivido pelas mulheres sertanejas, que além de enfrentarem o preconceito e discriminação de serem associadas à “mulher macho”, passam a conviver com o estigma de “mulher rústica e atrasada”.

As imagens que destacamos abaixo representam um pouco da imagem da sertaneja nordestina, que reside na Comunidade Palmeirinha, por meio das quais é possível enxergar a mulher do sertão sem estereótipos, sem “falsas impressões”, ou seja, a mulher por ela mesma.

São rostos como estes que representam a imagem da sertaneja no Cariri Cearense, que segundo dados do IBGE do Censo Agropecuário de 2006, conforme tabela do Banco de Dados Agregados (SIDRA), respondem por 32% da força de trabalho ocupada na agricultura familiar. 35% delas não sabem ler nem escrever, 38% têm o Ensino Fundamental incompleto, 5% apenas sabe ler e escrever e 8% chegaram a participar de programas de alfabetização de adultos. Apenas 6% concluíram o Ensino Fundamental e 6% concluíram o Ensino Médio. O curso superior só foi concluído por 1%, número igual ao das mulheres que cursaram o Técnico em Agropecuária.



Figura 1 – A imagem da sertaneja na comunidade Palmeirinha.

A ambiguidade da figura feminina no território rural é exponencialmente acentuada quando circunscrevemos a análise da mulher sertaneja ao contexto da criação da identidade nordestina na década de 1920, por intelectuais da época. Segundo Albuquerque Júnior, a elite rural da época estava perdendo espaço e poder político/econômico para proprietários rurais de outras regiões, havendo um desejo manifesto de resgatar e firmar a identidade nordestina no cenário nacional, elegendo a imagem do sertanejo como a síntese do “vaqueiro, do praieiro, do senhor de engenho, do “cabra” de engenho, homens machos capazes de submeter a terra fêmea, de fertilizá-la com o seu suor e com o seu sangue, se necessário fosse (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p. 03).

Portanto, entender a identidade da mulher nordestina significa compreender o processo pelo qual a sertaneja foi masculinizada, sendo chamada a assumir o papel de “mulher macho”. Conforme os estudos de Albuquerque Júnior:

(...) quando [a] mulher é do Nordeste ou do Sertão uma série de adjetivos [...] são trazidos à cena, esta é quase sempre apresentada como uma mulher masculinizada, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho, por mais duro que seja. Mulher esta associada a valores morais rígidos e tradicionais, mulheres sérias e trabalhadoras ou companheiras de homens trabalhadores (ALMEIDA, 2009, p. 08).

Para as mulheres sertanejas que residem na comunidade Palmeirinha no Crato/Ceará a realidade não é diferente. Muitas delas se dividem entre as atividades no campo, os afazeres domésticos e às vezes desenvolvem atividades pluriativas para complementar a renda familiar. Apesar de serem força de trabalho ativa, elas compartilham condições similares às vividas pelas agricultoras familiares de outras regiões do país, ocupando “uma posição subalterna e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens, ou exercem as mesmas atividades que eles” (BRUMER, 2004, p. 210).

Na Comunidade Palmeirinha, o trabalho feminino está ocupado na maior parte do tempo chuvoso com a agricultura de subsistência (arroz, milho, feijão, amendoim e fava), com a pecuária (circunscrita à criação de animais de pequeno e médio porte) e com a pluriatividade (prestação de trabalho como diaristas), ou seja, a agricultura familiar praticada na localidade é majoritariamente periférica, como ocorre em vários pontos do semiárido nordestino.

Além de desenvolverem o trabalho de plantio e colheita, é tarefa quase exclusiva das mulheres o preparo das refeições que são levadas para o roçado (trabalho dispensado às mulheres mais jovens que ficam em casa para realizar os afazeres domésticos), o ato de debulhar o milho (em algumas casas, feito manualmente), descascar o amendoim e o processo de torrar/pilar o arroz etc.

Alguns homens podem até compartilhar estes afazeres de modo esporádico, trabalho feito entre uma e outra xícara de café servido nos terreiros das casas ao final das tardes e inícios da noite, momento nos quais os vizinhos colocam as conversas em dia; evidenciando que o trabalho e o lazer se misturam e chegam a configurar um espaço físico/temporal de convivência na Comunidade da Palmeirinha.

Apesar do clima descontraído com que se desenvolvem algumas destas atividades, e de ter vez por outra a presença masculina, os papéis não se confundem e o terreiro como extensão da cozinha da casa, resguarda a este espaço uma identidade feminina. Também é trabalho da mulher e das crianças prover a casa de água e de lenha, atividade que na Comunidade Palmeirinha

consome pequena parte do tempo livre, dado que na maioria das propriedades, há matas e poços próximos às residências.



Figura 1 - Espaços de convivência social na comunidade Palmeirinha.

Em virtude das características periféricas da agricultura familiar cariense e as distâncias culturais, sociais e econômicas resguardadas entre o pequeno produtor e as propriedades de médio e grande porte, ocorre um visível distanciamento entre os processos formativos das técnicas em agropecuária, que não abordam no currículo questões específicas sobre a agricultura familiar e nem questões sobre gênero e o trabalho feminino no campo.

Percepções das técnicas em agropecuária sobre o trabalho feminino na agricultura familiar

As análises que apresentamos a seguir foram embasadas em um questionário aplicado à turma do 3º Ano do Curso Técnico em Agropecuária do IFCE/Crato, composta por 27 alunos, dos quais apenas 15% são mulheres.

A diferença entre o número de mulheres e homens revela que ainda existe por parte de alguns segmentos da sociedade, a ideia de que as escolas agrícolas são espaços masculinizados, o que provavelmente contribui para a procura feminina ser menor.

Dentre as mulheres entrevistadas, 80% afirmaram que gostariam de trabalhar como técnicas em agropecuária ou dar continuidade em um nível superior em área correlata ao curso atual.

Apesarem de terem interesse pela área, 80% das alunas consideram que o trabalho feminino na agricultura familiar não é tão valorizado quanto o dos homens, exigindo das mulheres mais coragem, determinação, esforço, competência criatividade para serem reconhecidas como força de trabalho atuante.

Assim, as alunas demonstram reconhecer os problemas de gênero que envolvem a vida da mulher no campo e refletem criticamente o fato de o trabalho feminino ser considerado apenas um “apêndice” do trabalho masculino, um trabalho não remunerado e caracterizado como uma “contribuição” de menor importância para a produtividade familiar.

A consciência das desigualdades de gênero também vem acompanhada de um sentimento de resistência e de autorreconhecimento do trabalho feminino na agricultura, revelando que as ambiguidades da figura da mulher sertaneja categorizadas por Albuquerque Júnior, estão presentes nas construções imagéticas das alunas do curso Técnico em Agropecuária sobre a figura da mulher sertaneja.

As reflexões de Albuquerque Júnior sobre o paradoxo entre a “mulher macho” e a “mulher submissa” (que compuseram historicamente a imagem da sertaneja nordestina) estão presentes nas percepções imagéticas das técnicas em agropecuária que retratam a agricultora familiar do Cariri Cearense como uma composição de mulher feliz, batalhadora e sofredora, conforme exposto no quadro abaixo:



Figura 2 - Representações da mulher sertaneja pelas alunas do 3º Ano do Curso Técnico e Agropecuária

Em nenhum dos exemplos há presença masculina, nem no quadro 4, onde se imaginaria que questões de gênero não fossem impeditivas da divisão compartilhada de tarefas entre homens e mulheres. Apesar de os agricultores familiares, homens e mulheres, trabalharem na lavoura juntos, a imagem representa o sentimento de falta de reconhecimento e de valorização do trabalho feminino, mesmo quando a mulher desenvolve as mesmas atividades dos homens.

A imagem 4 é a única que representa o trabalho agrícola em si, e ele é visto pelas técnicas em agropecuária como algo penoso e árduo. A única ferramenta de trabalho é a enxada, o retrato da consciência de que a maioria das propriedades rurais familiares no Cariri Cearense não possui condições de

implementar recursos tecnológicos que amenizem a penúria e o sofrimento para lidar com o clima árido da região cearense.

Contudo, a relação que as alunas fizeram entre o trabalho feminino e a agricultura familiar do Cariri Cearense precisa ser compreendida não como um adjetivo de “produção arcaica”, principalmente por que elas têm consciência de que a agropecuária se desenvolve em condições precarizadas, não por “atraso” dos agricultores, mas por questões políticas e sociais que relegam historicamente a população rural à situação de descaso e abandono.

Assim, resta o espaço de alívio e descanso quando a agricultora familiar sai do espaço do roçado (imagens 1, 2 e 3) e está em companhia de outras mulheres e da família.

A sertaneja ainda é caracterizada como a mulher que tem muitos filhos, materna, porém, responsável por cuidar da prole sozinha. Na imagem da “sertaneja na família” também não há homens, o que denuncia que o espaço da casa e do terreiro, assim como refletimos anteriormente, ainda é um espaço feminilizado.

As imagens também retratam o idealismo do gênero feminino, que se reconhece se autovaloriza e que também procura apoio na outra mulher (imagem 2), o reconhecimento do seu trabalho. Fato que representa as inúmeras associações de agricultoras familiares que estão sendo criadas no interior do Cariri Cearense, onde as mulheres estão aprendendo, sobretudo, a questionar seu papel na sociedade e contribuindo para construir uma nova imagem da sertaneja nordestina.

Conclusão

No Cariri Cearense, as sertanejas dividem com os homens várias etapas do processo de produção, principalmente, no período de chuvas. Apesar de desenvolverem o mesmo trabalho, muitas vezes não se veem reconhecidas como força de trabalho valorizada.

Este papel subalterno está sendo questionado ao longo dos anos, fato que é reconhecido pelas alunas que estão fazendo o Curso Técnico em Agropecuária, contudo, tanto elas quanto as agricultoras familiares tem um longo caminho a

percorrer não apenas para conquistar seu espaço e reconhecimento na sociedade, mas também para questionar a presença do masculino nos espaços tradicionalmente considerados como femininos.

FEMALE LABOR IN THE FAMILY FARM FROM CARIRI CEARENSE: female students' imagistic representations from The Agricultural Technician Course about country woman's agricultural work

Abstract: This article presents some reflections on the perceptions that the female students of the Technical Course in Agricultural constructed throughout the process of technical and professional training about female labor on family farms in the socioeconomic context in the city of Crato, in the region called Cariri Cearense. The structure of the text is organized into three sections: a) the history of the agriculture technical course and the socioeconomic characteristics of agriculture and livestock of the territory in which we developed this study; b) the female presence in the agriculture technical course and the female work in agriculture and c) analysis on the perceptions that the female student's built up upon female labor in agriculture. This article's used as object of study imagistic texts built by senior female students of the Agricultural Technician Course and it approaches issues about stereotypes, prejudice and devaluation of women and female's labor in the farm analyzed by the light of the historical/criticism theory.

Keywords: Female Labor. Devaluation. Family Agriculture. Agricultural Technician

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. "Considerações sobre a História Regional" In: **Revista Saberes**. Julho de 2007. Disponível em: <http://www.saberes.edu.br/arquivos/texto_aldieris.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

CARNEIRO, W. M. A. . **Política Pública e Renda na Agricultura Familiar: a influência do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense**. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLV, Londrina, 2007. Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. CD-Rom., 2007.

ELIAS, Denise S. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 02, número 03, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova (Barcelona)**, Barcelona / Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 9, n.08, jan-jun, 2006. p.29-51.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GUERRA, Oldênia Fonseca . Educação, Trabalho e Gênero nas Escolas Agrotécnicas Federais do Piauí. In: **III Encontro de Pesquisa UFPI/ II Congresso Internacional de Educação**, 2003, Teresina. Educação, Práticas Pedagógicas e Políticas de Inclusão, 2003. v. único.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economica/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 13/07/2011.

LOUREIRO, Adriana Maria. **A presença feminina no magistério do curso técnico em agropecuária no CTUR/UFRRJ na década de 1970**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2009.

MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia; GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Escolas técnicas agrícolas: um estudo sobre ensino de matemática e formação de professores. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 16, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de julho de 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 66-70.

SANTOS, Wilmar Bezerra. **Avaliação socioeconômica do projeto agente rural no contexto do fundo estadual de combate à pobreza do ceará, município de Granja**, 2004/2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará – UFC, 2010.

SOBRAL. Francisco José M. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação**, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2, nov./2009 Brasília: MEC, SETEC, 2009.

STÉDILE, João Pedro. **A situação da agricultura brasileira e educação do campo**. In: Conferência estadual por uma educação básica do campo. 2002, Porto Alegre. Trabalhos apresentados. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/RS, 2002.

WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro** – uma parceria entre professores, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.